

Iniquidade ou elã neofundamentalista? Considerações sobre religião e política no Brasil^{1*}

Iniquity or neo-fundamentalist *élan*?
Remarks about religion and politics in Brazil.

Wilmar do Valle Barbosa² e Andréa Silveira de Souza³

RESUMO

Este artigo discute as relações entre o religião e espaço público. Seu objetivo é a análise de um vídeo produzido e veiculado durante a campanha eleitoral de 2010, no qual o pastor Paschoal Piragine Júnior, na época presidente da Convenção Batista Brasileira, posicionava-se contra o que ele chama de “iniquidade institucionalizada” e, simultaneamente, convocava os batistas a não votarem no Partido dos Trabalhadores no referido pleito. Para analisarmos o pronunciamento do pastor, partimos da noção de *conflito cultural* ou *guerra de cultura* elaborada pelo sociólogo americano James Hunter. Tais conceitos constituem, nesta análise, “lentes” teóricas pelas quais procuramos ver o objeto de estudo e por meio das quais também estabelecemos um diálogo com outros autores e textos que analisam a presença da religião no espaço público brasileiro contemporâneo num contexto de intolerância e conflito religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Religião, Política, Neofundamentalismo, Guerra de Cultura.

ABSTRACT

This article discusses the relations between religion and public space. Its aim is the analysis of a video produced and distributed during the 2010 election campaign, in which the pastor Paschoal Piragine Júnior, then president of the Brazilian Baptist Convention, argues against what he calls "institutionalized iniquity". In the video, he calls the Baptists to do not vote for Partido dos Trabalhadores in the electoral process of that year. In order to analyze the religious minister's statements, we start from the *cultural conflict* or *culture war* concept as established by the American sociologist James Hunter. In the present analysis, the “culture war” notions work as "theoretical lens", through which we try to see the object of study and also to establish a dialogue with other authors and texts investigating the presence of religion in the contemporary Brazilian public space among an intolerance context and religious conflict.

KEYWORDS: Religion, Politics, Neo-fundamentalism, Culture War.

¹ Recebido em 20/11/2016. Aprovado em 20/01/2016. Este artigo foi originalmente escrito em 2013, ainda no calor da eleição de 2010.

² Doutor em Filosofia. Professor de Ciência da Religião, UFJF.

³ Doutoranda em Ciência da Religião, UFJF. Professora da FACED/UFJF.

“A Palavra de Deus usa uma expressão que às vezes a gente lê e não entende muito o sentido dela. A palavra é iniquidade. Que que é iniquidade? Iniquidade é quando a gente tá tão acostumado ao pecado, que o pecado a gente não tem mais vergonha de cometê-lo, e ele passa a ser algo tremendamente natural na nossa vida.”

1. Introdução

O termo *elã* é uma expressão dotada de amplo significado e, por isso, pode suscitar indagações acerca da acepção na qual é empregado. Afinal, o que exatamente está sendo chamado de “*elã* neofundamentalista”? Ao nos valermos deste termo como um dos elementos centrais da análise, além de convidarmos o leitor a debruçar-se sobre o estudo que aqui apresentamos, procuramos, sobretudo, utilizar um termo que nos permitisse estabelecer uma aproximação entre certo discurso evangélico de matriz batista, veiculado atualmente em nosso país, com o discurso evangélico neofundamentalista em voga nos EUA, levando em consideração, obviamente, as diferenças entre o contexto americano e o brasileiro. Assim sendo, procuramos uma via que permitisse a análise de um discurso específico, no caso, o do pastor da Primeira Igreja Batista de Curitiba (PR) Paschoal Piragine Júnior, tomando como ponto de partida discurso semelhante sem, contudo, recorrer a analogias estanques que tendem à identificação ou mera justaposição de contextos únicos e particulares. Dentro desta perspectiva, o termo *elã* permite-nos uma aproximação entre os dois casos distintos, revelando tendências e afinidades entre ambos, sem que sejamos levados a identificações equivocadas.

Por ser uma expressão de ampla significação, optamos por uma elucidação prévia do sentido no qual utilizamos o termo *elã*. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), *elã* significa “movimento súbito, espontâneo; impulso; emoção; calor; vivacidade; entusiasmo criador; força ou impulso criador; inspiração; arrebatamento; disposição”. Apesar da multiplicidade de significados, pode-se observar que todos eles revelam certa sinonímia entre si, logo, não é um termo dual ou paradoxal. Conseqüentemente, todas as expressões que o definem congregam um mesmo significado.

É, então, no sentido de *impulso, disposição, inspiração, tendência* que o termo *elã* coloca-se como elemento fundamental desta análise em curso. Mas, afinal, o que nos permite identificar a existência de um *elã* neofundamentalista no discurso de batistas brasileiros, haja vista a profunda distinção entre as conjunturas brasileira e americana?

Para identificarmos a existência deste *elã*, é fundamental percebermos que todas as palavras que dão significação ao termo remetem a um “*movimento em direção a’*”, isto é, uma “*investida’*”. Desta feita, uma investigação acerca da presença de um *elã* implica nos perguntarmos por uma tendência, por uma disposição de certos evangélicos batistas brasileiros de se guiar pelo ou assumir proposições do discurso evangélico americano, fazendo uso de agendas político-religiosas e estratégias similares de ação no espaço público, organizando-se politicamente, trazendo a política para o púlpito e levando o discurso religioso para o espaço público e político. É nesta acepção, enfim, que utilizamos o termo *elã*, para refletirmos acerca da politização de coletivos evangélicos reformados no Brasil, em especial, os batistas nas primeiras décadas do século XXI.

Como já indicamos no Resumo, esta reflexão desenvolve-se por meio da análise de um vídeo produzido e veiculado durante a campanha eleitoral presidencial de 2010⁴. Nesse vídeo, Piragine Júnior, na época presidente da Convenção Batista Brasileira, posicionava-se contra o que ele chamava, então, de “iniquidade institucionalizada” no Brasil⁵. A escolha deste vídeo deu-se justamente por um fato significativo que nos chamou a atenção. Após qualificar o que vem a ser “iniquidade”, este líder religioso afirma o

⁴ Encontramos o vídeo completo no *YouTube* com três títulos diferentes: “Não votem no PT – Pr. Paulo Piragine Júnior – 2010” (<http://www.youtube.com/watch?v=NaGBrs7j6O8>), com 68.548 acessos, e “Posicionamento do Pr. Paulo Piragine Júnior sobre as eleições 2010” (<http://www.youtube.com/watch?v=aUcc4e-aLcA>), com 97.455 acessos, e “Pastor Paschoal Piragine fala do perigo de votar no PT” (<http://www.youtube.com/watch?v=IxRof2j9XdU>), com 55.737 acessos. Todos os vídeos foram postados na rede entre os dias 03 e 15 de setembro de 2010. Estes dados são de 31/07/2016. O vídeo também foi distribuído em CD para igrejas batistas no país. A referida peça audiovisual tem duração total de 11’22” e foi gravada durante um culto do pastor Paschoal Piragine Júnior na 1ª Igreja Batista de Curitiba. O pastor fala do púlpito nos primeiros 3’27”, quando convida os fiéis a assistirem a um vídeo, que é projetado ao fundo do palco no qual ele se localiza. O “vídeo-dentro-do-vídeo” tem duração de 4’23”, e consiste numa apresentação de Power Point com diversas imagens de impacto (como cenas de violência doméstica e infanticídio) e pequenos vídeos (com cenas da Parada Gay e a ultrassonografia de um aborto), acompanhado de uma narração feminina que se caracteriza pelo acentuado apelo emotivo. Já o pronunciamento mesmo do ministro religioso, que é retomado aos 7’50” do vídeo e assim segue até o final, possui um tom moderado e inalterado, assim como o semblante do referido pastor.

⁵ Este foi o segundo mandato do pastor P. Piragine Júnior nesta Convenção, o primeiro foi entre 2006-2007. Seu atual presidente, o pastor Vanderlei Batista Marins, foi o 2º vice-presidente da CBB no segundo mandato de Piragine.

seguinte: “Eu tenho que falar uma coisa que durante 30 anos no meu ministério eu nunca fiz. Eu completei 30 anos de ministério no dia 08 de agosto [de 2010], e nesses 30 anos eu nunca fiz o que eu fiz hoje pela manhã e vou fazer agora à noite. Eu quero dizer para vocês que nós precisamos tomar muito cuidado com essas eleições que vão acontecer”. Esta afirmação é de certa forma intrigante. Afinal, o que foi que mudou no contexto sociopolítico e mesmo religioso nacional que justificasse uma mudança de postura tão profunda por parte deste pastor, até então finamente sintonizado com os dispositivos da tradição batista⁶? Que circunstâncias foram capazes que impor e justificar uma tomada de posição que durante 30 anos de ministério não foi necessária?

Estas indagações foram o ensejo para nos deter nesta fala que acreditamos traduzir um deslocamento importante em processo no atual campo religioso brasileiro. O vídeo em questão⁷, produzido, a princípio, para veiculação dentro das igrejas batistas, tomou definitivamente o espaço público, pois ainda se encontra disponível no *YouTube* e, até o dia 31 de julho de 2016, contava com 221.647 acessos. O pronunciamento do pastor Piragine Júnior evidencia um tipo de conflito que se dá a partir da oposição entre perspectivas ético-morais antagônicas, antagonismo este fundado na oposição, tida por insuperável por alguns agentes religiosos, entre moral religiosa e moral laica, e que revela, na maioria das vezes, forte matiz de intolerância. Outro aspecto que chama a atenção é o fato do pronunciamento deste pastor reverberar ideias presentes nos discursos predominantes no âmbito do fundamentalismo evangélico americano a partir dos anos 1970, também chamados neofundamentalistas⁸.

⁶ Como dispositivo marcante da tradição batista, tem-se a separação entre política e religião, que se traduz pela separação entre Estado e Igreja, bem como a separação entre púlpito e palanque. Em suma, para os batistas, tradicionalmente, à Igreja, cabiam os assuntos religiosos e, ao Estado, os assuntos políticos.

⁷ “[...] verificou-se na *internet* a articulação de pastores do segmento mais histórico do protestantismo para combater o programa do PT e as candidaturas desse partido político nas disputas pelos poderes executivo e legislativo. O vídeo postado no *YouTube* pelo pastor batista Paschoal Piragine Júnior, nos primeiros dias de setembro de 2010, associava as iniciativas dos dois governos Lula com a destruição dos valores cristãos e teve uma grande repercussão dentro e fora da Igreja Batista, que é a segunda denominação evangélica em número de fiéis no Brasil. Vários pastores reproduziram em seus cultos dominicais o vídeo com imagens de fetos sendo agredidos por instrumentos cortantes, e o presidente e o secretário executivo da Ordem dos Pastores Batista do Brasil (OPBB) endossaram as críticas do pastor Piragine ao PNDH3 e ao projeto de Lei de nº 122, que criminaliza a Homofobia, em nota enviada por *e-mail* a todos os pastores e, posteriormente, postada no *site* da OPBB”. (MACHADO, 2012, p. 7)

⁸ São chamados neofundamentalistas os fundamentalistas religiosos americanos que, a partir de década de 1970, passam a se organizar interdenominacionalmente, restringindo ao âmbito interno das igrejas as diferenças teológicas que as separam, mas que, na esfera pública, aliam-se para garantir que agendas político-religiosas sejam atendidas no âmbito do Estado. Segundo Hunter (1991, p. 94), “Mas agora o conflito em

Em vista destes fatores, parece-nos relevante tomar este pronunciamento como objeto de uma análise mais pontual, uma vez que, em nosso entendimento, ele traduz e sintetiza as mesmas contradições e conflitos que alimentam o evangelismo americano de matriz batista, que hoje, como sabemos, oscila entre uma “republicanização” de caráter altamente conservador, quando não fundamentalista, ou certo liberalismo que, todavia, parece não cumprir suas promessas?

Para analisarmos o pronunciamento do pastor no referido vídeo, partimos da noção de *conflito cultural* ou *guerra de cultura* elaborada pelo sociólogo americano James Davison Hunter (1991). Tais conceitos constituem nesta análise “lentes” teóricas pelas quais procuramos ver o objeto de estudo e por meio das quais também estabelecemos um diálogo com outros autores e textos que analisam a presença da religião no espaço público brasileiro contemporâneo num contexto de intolerância e conflito religioso. Os conceitos desenvolvidos por Hunter permitem-nos analisar conjunturas de conflito atuais, incorporando noções que deem conta das metamorfoses do próprio discurso religioso no âmbito de novas e diferentes perspectivas de conflito cultural e moral. A partir deles, procuramos evidenciar tanto as aproximações com o discurso predominante nos setores mais conservadores e tradicionais dos batistas no Brasil e dos fundamentalistas evangélicos americanos, quanto estabelecer um diálogo com estudiosos do campo religioso brasileiro. Pretendemos assim, compreender o momento e as características da ação de religiosos pertencentes à denominação batista no espaço público e na política brasileira contemporânea nas primeiras décadas do século XXI, bem como dos dispositivos que atuam sobre tal conjuntura. Para tanto, recorreremos, como já sugerimos, aos elementos teóricos que passamos a expor.

II. Novas categorias para a compreensão das relações entre religião e política

As principais lentes teóricas que orientam o presente estudo encontram-se nos apontamentos analíticos do sociólogo americano James Davison Hunter desenvolvidos em

cada tradição tem se estendido para além da teologia e das políticas eclesiásticas, para abraçar muitas das questões mais fundamentais, e instituições de cultura *pública*: direito, governo, educação, ciência, família e sexualidade”.

⁹ Conforme: Silva (2012) e Cohen (1995).

seu livro *Culture Wars – the struggle to define America*, no qual ele analisa o que entende ser uma verdadeira guerra cultural em curso nos Estados Unidos¹⁰. Para ele, o que temos hoje no cenário público *ocidental* contemporâneo, sobretudo, o americano, é o contrário do que se postulava no âmbito do pensamento moderno, de matriz iluminista e secularizante, a saber: ideias segundo as quais as sociedades e o individualismo modernos levariam *necessariamente* à superação das hostilidades religiosas e, por fim, à eliminação do conflito religioso. Para ele, o que se observa hoje é justamente a permanência, no âmbito do espaço público, de formas de conflito cultural articuladas em torno de discursos ético-políticos de orientação explicitamente religiosa ou teológico-política. Diante das novas formas e perspectivas nas quais vem se dando o conflito, Hunter elabora sua própria noção de conflito cultural, ou como ele mesmo prefere chamar, guerra de cultura:

De modo bem simples, defino conflito cultural como hostilidade política e social ancorada em diferentes sistemas de entendimento moral. O fim ao qual estas hostilidades tendem é a dominação de um *ethos* cultural e moral sobre todos os demais. É preciso que fique claro, entretanto, que os princípios e ideais que marcam estes sistemas de entendimento moral concorrentes não são de modo algum triviais, mas possuem sempre um caráter de *ultimatum*. Eles não são meras atitudes que podem ser mudadas por mero capricho, mas são compromissos e crenças básicas que fornecem uma fonte de identidade, propósito e união para as pessoas que vivem de acordo com eles. (HUNTER, 1991, p. 42; negritos nossos).

Para Hunter, esse cenário de conflito cultural é a expressão da clivagem entre sistemas morais diferentes e tidos como inconciliáveis por seus adeptos. Constitui uma luta, uma verdadeira “guerra de trincheiras” entre sistemas de entendimento moral antagônicos, que disputam no espaço público a hegemonia de valores morais e de suas emulações políticas, cujos adeptos consideram verdadeiras e legítimas para *toda* a sociedade. Este conflito é de amplo espectro e envolve disputas de agendas que contemplam temas que vão desde a definição do que significa ser religioso até a definição de dotação de verbas públicas para as escolas, passando por questões morais, opções de política externa, perspectivas de ordenamento e financiamento público das artes.

¹⁰ Hunter é um estudioso da sociologia da religião e da sociologia da cultura, tendo elaborado sólidos estudos sobre o cristianismo evangélico e sobre mudança cultural. É professor e membro do *Institute for Advanced Studies in Culture*, um centro de pesquisa interdisciplinar ligado à Universidade da Virgínia, dedicado à compreensão das mudanças culturais contemporâneas e suas consequências sociopolíticas, religiosas e individuais.

Este formato de conflito é novo, pelo menos na história americana, segundo Hunter (1991). Como James Hobson afirmou, está em curso “uma guerra civil de valores e o prêmio ao vitorioso é a próxima geração, nossos filhos e netos” (HUNTER, 1991, p. 64). O conflito atual não se ancora mais em um acordo *tácito* acerca de certos fundamentos teológicos e eclesiais entre as diferentes denominações religiosas, ou seja, não é mais apenas um conflito entre protestantes, católicos e judeus. O tipo de conflito é novo e as armas são novas, mas a dedicação é idêntica à que se teria em uma guerra movida à “bala, canhões e bombas” (HUNTER, 1991). A guerra cultural dá-se em um novo contexto, no qual o eixo das disputas deixa de ser prioritariamente teológico e eclesiástico e torna-se ideológico e político. Assim sendo, as divisões que geram cursos de ação e investimentos políticos são hoje resultantes de *explícitas* e diferentes

Visões de mundo. Isto é, elas não mais transitam em torno de questões doutrinárias específicas ou estilos de organização e prática religiosa, mas em torno de nossas mais estimadas e fundamentais suposições sobre como ordenar nossas vidas — nossas próprias vidas e nossas vidas juntos nesta sociedade. (HUNTER, 1991, p. 42; negritos nossos)

Consequentemente, sugere Hunter, neste contexto de culturas em conflito, a disputa política passa a ser vivenciada como sendo, em última instância, uma *disputa moral*, de maneira que as escolhas e decisões políticas passam a ser pensadas como fundadas em escolhas morais, como uma questão de moralidade. Nesse contexto, o conflito não é mais tão somente guiado por perspectivas que se pautam apenas por uma orientação que entendemos ser teológico-política, como no caso do fundamentalismo evangélico americano entre 1950-60 até recentemente, mas por perspectivas religiosas que buscam, explicitamente, estabelecer a *hegemonia moral-intelectual* dos valores que assumem e defendem. Dentro desta perspectiva, podemos vê-lo como um conflito atualmente constituído por uma disputa de caráter ético-político e moral-intelectual para se estabelecer os princípios últimos daquele que deveria ser o verdadeiro estar-junto coletivo. Quem está nesta disputa para determinar estes princípios? Quem são os atores deste conflito que se encena cotidianamente no espaço público americano?

James Hunter considera que “[...] as clivagens no coração da guerra cultural contemporânea são criadas pelo que [...] gostaria de chamar de *impulso em direção à ortodoxia* e *impulso em direção ao progressismo*” (HUNTER, 1991, p. 43). Todavia, ele

mesmo nos alerta para o fato que os termos utilizados para nomear estas tendências polarizadas são imperfeitos, muito embora sejam funcionais no que tange à sua própria aspiração pessoal de qualificar abreviadamente um “[...] *locus* e uma fonte de verdade moral, as alianças morais fundamentais dos atores envolvidos na guerra cultural, bem como suas disposições culturais e políticas” (HUNTER, 1991, p. 43).

Em face da imperfeição das categorias *ortodoxo* e *progressista*, Hunter mesmo procura dar-lhes um sentido que as torne claramente aplicáveis ao contexto do conflito em pauta. Para ele, pode haver (e há) ortodoxos e progressistas em qualquer confissão religiosa. Ortodoxos são aqueles que atribuem autoridade última e absoluta ao livro sagrado. Progressistas, por sua vez, são aqueles que tendem a definir esta autoridade última de forma mais liberal, subjetiva e racionalista. Enquanto os ortodoxos têm sua verdade moral última fundada em uma escritura milenar que expressa valores ditos atemporais, os progressistas remetem suas verdades morais à história, ou seja, a legitimação dos valores morais dá-se no tempo presente, tempo ditado pela história, pois tendem a acompanhar as transformações sociais e culturais pelas quais passam as sociedades. Portanto, os termos “[...] ortodoxo e progressista podem descrever crenças doutrinárias específicas ou práticas religiosas particulares. [...] Substantivamente, portanto, esses rótulos podem significar coisas amplamente diferentes entre tradições religiosas diferentes” (HUNTER, 1991, p. 41).

Estes impulsos polarizados são, por sua vez, institucionalizados e fazem parte de uma retórica pública que pretende ordenar a esfera pública e política. É no âmbito dessa retórica pública e institucionalizada que cada uma dessas polaridades leva para o espaço público discursos relacionados a sistemas de entendimento moral inegociáveis, pois estabelecem uma autoridade última na qual se fundam, seja ela o livro sagrado, o profeta ou a igreja. Segundo Hunter, é este caráter de *ultimatum* que, no fim das contas, desencadeia a “guerra civil de valores” na qual cada um desses impulsos polares busca estabelecer hegemonia moral-intelectual, que se definirá pela autoridade moral e exemplar dos atores em conflito na esfera pública. Mas, o que vem a ser esta autoridade moral?

Tendo em vista que, como já apontado, autoridade moral designa os valores pelas quais as pessoas determinam se alguma coisa é boa ou ruim, certa ou errada, aceitável ou não aceitável, podemos então perceber, que toda autoridade deste tipo veicula

determinados sentidos, ou seja, veicula determinada *weltanschauung*, isto é, determinada visão de mundo sobre a qual assentam e se sustentam os valores defendidos por cada um dos segmentos que disputam no âmbito do conflito cultural. De maneira que, grosso modo, para os ortodoxos, o fundamento é a Escritura Sagrada, ao passo que para os progressistas são os valores considerados humanistas e seculares. Assim sendo, os alinhamentos e as alianças que se fazem no espaço público com vistas a conformar a agenda política, jurídica e educacional, dentre outras, passam a ser articulados a partir de perspectivas basicamente morais. Neste contexto, o discurso dominante passa a ser o discurso moral e não o discurso político. É por meio de valores e da autoridade moral compartilhada que, desta feita, cada polaridade passa a fazer suas alianças, a montar suas trincheiras e a defender suas próprias agendas interdenominacionais. Por meio dessa nova dinâmica de conflito cultural, sobretudo nos Estados Unidos, protestantes, judeus, católicos e até mesmo muçulmanos podem, por exemplo, aliar-se, tranquilamente e publicamente, na recusa de certas agendas públicas, como, por exemplo, a união civil entre pessoas do mesmo gênero. Da mesma forma, podem recusar aliança quanto à defesa ou recusa de outras agendas, tais como, por exemplo, apoio militar ao estado de Israel. Nessa estrutura de alianças interdenominacionais com base em tendências polarizadas, interessamos aquela tendência que sustenta a sua autoridade moral na suposta inerrância da Bíblia, ou seja, o fundamentalismo evangélico americano.

O fundamentalismo enquanto corrente teológica tem a sua origem nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, o que o caracteriza como fenômeno originalmente cristão, protestante e americano (MARSDEN, 1991). Segundo este historiador americano,

[...] um fundamentalista americano é um evangélico militante em oposição à teologia liberal nas igrejas ou às mudanças nos valores culturais ou morais, tal como aqueles associados com o “humanismo secular”. Seja nas definições longas ou curtas, os fundamentalistas são um subtipo de evangélicos e a militância é crucial para sua perspectiva. Fundamentalistas não são apenas religiosos conservadores, eles são conservadores dispostos a assumir uma bancada e lutar. (MARSDEN, 1991, p. 1)

No caso do fundamentalismo evangélico americano¹¹, a formação de alianças, a oposição e o enfrentamento fundados na autoridade moral religiosa são essenciais para a compreensão do que vem a ser o movimento¹². É em *oposição* a algo que se impõe e ameaça uma determinada estrutura religiosa e cultural que emerge o fundamentalismo. Segundo Marty (1992, p. 333), “*Contra-atacar como princípio constitutivo* é o que determina o tipo de substância, métodos e princípios teológicos fundamentalistas, da mesma forma que determina o tipo de formação e estratégia política do grupo fundamentalista”. O alvo do contra-ataque fundamentalista evangélico americano é o modernismo, que traz consigo a secularização, exaltando o comportamento laico a partir de valores centrados unicamente no indivíduo, no liberalismo econômico e em prazeres tidos como mundanos e efêmeros, segundo eles¹³. Trata-se, no fim das contas, de uma luta contra a perda de hegemonia cultural dos valores morais protestantes. Conforme as categorias de Hunter, os fundamentalistas seriam o polo ortodoxo da guerra cultural, em oposição e luta contra os valores progressistas liberais.

Sabemos que o movimento fundamentalista evangélico americano tem como uma de suas principais características a aceitação da inerrância da Bíblia¹⁴. Some-se a esta, a aceitação da concepção milenarista, sobretudo na perspectiva pré ou pós-milenarista, a oposição ao modernismo, a aceitação da teoria da criação nas suas diversas variantes e, conseqüentemente, oposição sistemática à teoria darwinista da evolução, quando não à ciência moderna mesma. Desta feita, há uma dedução da esfera política a partir do teológico, uma vez que a autoridade moral deste polo do conflito é religiosa e bíblica.

O espaço público e o campo político têm sido essenciais para a evolução do fundamentalismo evangélico americano. É em função do que ele efetivamente representa e possibilita neste contexto, que um movimento de caráter em princípio voltado para questões meramente teológicas e intradenominacionais passa a considerá-las sob uma ótica

¹¹ “Embora o termo ‘fundamentalista’ tenha sido inventado nos Estados Unidos em 1920, *circa*, e aplicado a militantes evangélicos, nos últimos anos tem sido aplicado por analogia a qualquer religião militante tradicionalista, assim como o fundamentalismo islâmico” (MARS DEN, 1991, p. 1).

¹² “O *caráter teológico fundamental* dos modernos fundamentalismos religiosos — sem esquecer que também há outros — é o *oposicionismo*. Em todo e qualquer contexto, o fundamentalismo começa a tomar forma quando os membros de movimentos já conservadores ou tradicionais se sentem *ameaçados*” (MARTY, 1992, p. 333).

¹³ Aqueles ligados a comportamentos modernistas e hedonistas.

¹⁴ Outro importante elemento que também caracteriza este movimento é a multiplicidade de denominações religiosas.

moral radical, quando não teológico-política. É devido a estas mesmas possibilidades que este movimento, antes encerrado em verdadeiros enclaves denominacionais separatistas, acrescenta à sua ótica considerações e perspectivas morais-intelectuais que desde o fim da *Moral Majority*, na década de 1980, tem lhes permitido articular amplas frentes interdenominacionais. E, desse processo, decorre a vasta e atual rede de organizações parareligiosas, que, desde então, vêm conduzindo nos EUA a nível nacional, o polo ortodoxo da guerra cultural. É nesse contexto que o discurso moral-religioso readquire dignidade no espaço público. Para muitos e significativos atores e setores da sociedade americana, a moral, que é o discurso do necessário, deve fundar a política, que é sempre o discurso do possível. Contudo, no contexto político e cultural de matriz moderna, realizar o que é necessário nem sempre é possível, e vice-versa. Pode-se perceber que esta “guerra civil” movida a valores morais dificilmente levará a outro resultado que não este que já se processa no cenário político dos EUA: uma fratura entre as elites políticas e culturais deste país. Mas quais são as armas utilizadas pelos dois polos do conflito cultural americano?

As armas, como podemos deduzir, são as organizações parareligiosas, os seminários teológicos, as escolas (em todos os níveis, inclusive universitário¹⁵), as editoras, as rádios, os canais de televisão que difundem e articulam ideológica, política e — por que não — teoricamente os valores morais, a autoridade moral, o discurso político moralizado, as alianças religiosas tanto intra quanto interdenominacionais. Articulam também as agendas políticas, os movimentos e manifestações públicas de oposição, sejam locais ou nacionais bem como adesão — massiva — de membros do movimento conservador e fundamentalista ao *Great Old Party* [GOP], ou seja, ao Partido Republicano. Devido à organização mesma do sistema partidário-eleitoral americano, isto que já se qualificou como “republicanismo batista” tem proporcionado a formação de bancadas no congresso solidamente comprometidas com as agendas morais destes movimentos, bem como o apoio a governos, sobretudo, em âmbito local e regional em troca de garantia da realização de agendas políticas articuladas em torno de valores morais-religiosos. O movimento fundamentalista evangélico pode ser considerado, então, um ator central no

¹⁵ Dois exemplos são a *Liberty University*, criada pelo pastor batista Jerry Falwell, também idealizador da *Major Majority*, e a *Regent University*, criada por Pat Robertson.

contexto de guerra cultural contemporânea, tendo em vista suas ambições de recomposição de uma ordem natural na esfera pública e política, moral esta fundada em princípios teológicos e bíblicos.

Diante disso, temos que o conceito de conflito cultural, tal como elaborado por James Hunter, revela-se um instrumento importante para o estudo das relações entre religião e espaço público, bem como para a compreensão das atuais transformações sociais, pois permite pensar a relação entre política e religião em toda a sua complexidade, peculiaridade e dinâmica não apenas no campo religioso americano, mas também, no campo religioso brasileiro contemporâneo.

III. “Cadê a Igreja? Ela se fechou em seus problemas internos ... Igreja brasileira reaja!”

Ouvindo o pronunciamento do pastor Piragine Júnior no vídeo em questão, somos levados a crer que, em um primeiro momento, aquela seria uma noite comum. Provavelmente, uma entre tantas outras, nas quais os fiéis da Primeira Igreja Batista de Curitiba reuniram-se no templo para assistir ao culto, orar, ouvir e louvar a palavra de Deus. Cumprido o ritual, possivelmente, os fiéis seguiriam para seus lares, mais uma vez, motivados a colocar os ensinamentos religiosos em prática nas suas vidas privadas. Tal como podemos ver e ouvir neste vídeo, o pastor inicia seu discurso dizendo:

“A Palavra de Deus usa uma expressão que às vezes a gente lê e não entende muito o sentido dela. A palavra é iniquidade. Que que é iniquidade? Iniquidade é quando a gente tá tão acostumado ao pecado, que o pecado a gente não tem mais vergonha de cometê-lo, e ele passa a ser algo tremendamente natural na nossa vida. E a Bíblia diz que quando a iniquidade chega, ou seja, o coração do homem tá tão endurecido, que ele não se envergonha mais do pecado, e ele não pode reconhecer nem que uma determinada ação é pecado, e é tempo que Deus tem que julgar a sua terra, julgar o seu povo, julgar uma nação”.

Neste trecho, chamou-nos atenção a noção de *iniquidade* e a maneira como o pastor conduz o seu pronunciamento a partir dela. Observa-se que ele enuncia o que vem a ser iniquidade, porém, sem definir a palavra, sem dar-lhe o seu significado preciso ou a sua etimologia. Segundo Houaiss (2001), iniquidade significa “ação ou coisa contrária à moral e à religião [...] ato contrário à justiça”.

Tal como indica na sua fala, Piragine Júnior, na realidade, dá ao termo uma interpretação, ou um “sentido”, em sintonia com a Escritura Sagrada, culminando por lhe atribuir um significado que vai além daquele de uma ação contrária à moral e à religião. Pelo seu discurso, o pastor Piragine Júnior leva a entender que a iniquidade seria a disseminação e banalização do mal, já que o pecado denuncia uma inclinação à prática do mal¹⁶. Isto é, os indivíduos, muito acostumados à existência do mal no mundo e nas suas vidas, pelo convívio com exemplos frequentes e repetidos do mal, perdem a capacidade de perceber, tanto a sua presença na sociedade quanto as degradações que dele decorrem. Dada esta conotação, ou este sentido, o mal se torna, para o pastor Piragine, natural, comum e cotidiano, ao passo que deveria consistir numa virtualidade, cuja atualização deveria ser a todo custo evitada e, se contrário, ser alvo de toda indignação e repúdio.

Dentro desta perspectiva, o pastor sugere que, desde o momento em que o mal está definitivamente enraizado na sociedade e, por conseguinte, banalizado, os homens perdem a capacidade de julgar se um ato é moralmente correto ou não, se é bom ou mau. Assim sendo, forma-se um contexto de crise moral que decorre, necessariamente, da falta de cumprimento e observância dos ensinamentos religiosos. Quando isso acontece, diz o pastor, é o tempo de Deus julgar estes homens. Desse julgamento, emana uma punição severa, um castigo divino pela inobservância das prescrições e da palavra de Deus. Observe-se, porém, que segundo o pastor, este julgamento não é privado, individual, limitado ao pecador. É, antes de tudo, um julgamento coletivo, o julgamento de um povo, de uma nação. Pela banalização do pecado e do mal na sociedade, a iniquidade extrapola o âmbito privado do pecador e assume uma dimensão pública, na qual povo e nação são julgados pecadores.

Neste contexto, o uso da palavra *nação* possui uma posição de destaque no discurso de Piragine Júnior, pois ela indica a existência de uma dimensão coletiva e institucional do pecado. Por “nação”, entendemos uma coletividade com fortes vínculos de identidade social, política, cultural e religiosa. Pela fala do pastor, somos levados a crer que as escolhas e atos privados dos indivíduos investem de tal maneira sobre a existência coletiva dos homens que as consequências da sucessão de pecados de muitos recaí,

¹⁶ Cf. *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, IV. Disponível em: <http://www.batistas.com/portal-antigo/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=15&showall=1>. Acesso em: 14 fev. 2017.

inevitavelmente, sobre a existência de todos. O espaço público é, neste sentido, entendido como o domínio no qual se congregam, social e publicamente, todas as individualidades. É o espaço, por excelência, do estar-junto coletivo e que fornece aos indivíduos certa unidade identitária nacional. Logo, o pecado arruína não apenas as vidas privadas dos pecadores, mas sim, o povo, instituição da qual os pecadores fazem parte. O castigo divino, então, devasta a nação e seu povo, e não apenas os indivíduos isoladamente. Neste contexto, confere-se à noção de *nação*, que na sua origem é eminentemente político-cultural, uma referência religiosa significativa.

Continuando o seu discurso, o pastor Piragine Júnior enuncia a fala que serviu de pretexto para este estudo. Ele diz:

“E é por causa disso que eu tenho que falar uma coisa que durante 30 anos no meu ministério eu nunca fiz. Eu completei 30 anos de ministério no dia 08 de agosto e nesses 30 anos eu nunca fiz o que eu fiz hoje pela manhã e vou fazer agora à noite. Eu quero dizer para vocês que nós precisamos tomar muito cuidado com essas eleições que vão acontecer”.

Neste momento, o pastor demonstra que o culto daquela noite não era o culto usual. Aquele momento marcou uma importante mudança de percurso, foi um divisor de águas no seu ministério e deveria sê-lo também nas vidas e consciências de cada um daqueles fiéis. Mas por quê? O que foi que mudou no contexto sócio-político, e mesmo religioso, a ponto de impor uma mudança de postura teológica tão profunda por parte dele? O que estaria sucedendo a ponto de justificar uma tomada de posição que durante 30 anos de seu ministério batista não se fez necessária? Que conjuntura é esta que, nas suas palavras, poderia levar Deus a “*julgar a sua terra, julgar o seu povo, julgar uma nação*”?

Observe-se que, ao longo de trinta anos de ministério, o pastor Piragine Júnior esteve ciente da clara separação entre religião e política e religião, Igreja e Estado, assumida pelos batistas ao longo da história de sua denominação. Todavia, esta postura vem sofrendo transformação significativa e, ao que tudo indica, um novo paradigma de relação entre igreja e Estado vem se formando no ambiente batista, sobretudo, nos EUA inicialmente¹⁷.

¹⁷ Nos EUA, esta histórica orientação teológica dos batistas foi abalada por um conflito iniciado no princípio da década de 1960, na importante Convenção Batista do Sul (SBC – *Southern Baptist Convention*) dos

Pelo discurso de Piragine Júnior, percebe-se que, no Brasil de hoje, assim como nos Estados Unidos dos anos 1960, embora em condições contextuais distintas, emerge no âmbito da comunidade batista uma proposição ou discurso — ainda que localizada — de deslocamento da religião do templo em direção ao espaço público. Preconiza-se um agir religioso que deixa de estar circunscrito exclusivamente ao âmbito da igreja ou da comunidade dos fiéis, para lançar-se no âmbito da mobilização e da ação política organizada, com vistas à moralização da política e da vida pública. Os interesses religiosos de regulação do espaço público fazem com que as questões públicas e políticas passem a ser discutidas também no âmbito da igreja com base em narrativas religiosas. Neste sentido, a política passa a ser de interesse da religião, e a religião busca expressar-se politicamente.

O antropólogo Ronaldo Almeida afirma que “a maioria dos políticos evangélicos fez o movimento do púlpito ao palanque” (2007, p. 173), o que no nosso entendimento, é uma característica marcante da beligerância e combatividade que caracteriza a atuação destes grupos na esfera pública, com vistas a garantir uma hegemonia ético-política fundada em valores religiosos. Todavia, este movimento “do púlpito ao palanque” não trouxe consigo, inicialmente, todas as denominações do evangelicalismo brasileiro.

A partir dos anos de 1990, os evangélicos surgiram nas disputas políticas tanto com a partidização e candidatura de atores religiosos para cargos no legislativo e no executivo municipal, estadual e nacional, quanto por meio do apoio político de líderes

Estados Unidos. Segundo Silva (2012, p. 1), este conflito, por sua vez, foi a expressão mais publicamente visível de uma disputa interna pelo “[...] controle de recursos e pela direção ideológica da maior denominação protestante da América do Norte, e não católica do mundo”. Na realidade, esta disputa colocou em posições polares e antagônicas, duas perspectivas teológicas que conviviam no âmbito da referida denominação batista, uma com tendências mais liberais de interpretação da Bíblia, e outra com tendências mais conservadoras no que diz respeito à inerrância das Escrituras. Esta polarização entre liberais e conservadores, foi responsável pela cisão no âmbito da referida denominação batista, dando origem à *Cooperative Baptist Fellowship* (Comunhão Batista Cooperativa - grupo formado pelos teologicamente liberais que deixaram a SBC) e gerando efeitos em todo o segmento batista americano. Neste contexto, assiste-se à transformação da SBC em uma denominação basicamente fundamentalista, que atrai as propostas conservadoras. No bojo destas transformações, encontra-se também a relação entre igreja e Estado, na medida em que estes dois polos, conservador e liberal, extrapolaram o âmbito teológico e intradenominacional e tornaram-se, na esfera pública, perspectivas político-religiosas com vistas a regravar aquilo que é público e coletivo a partir de valores morais fundados numa moral religiosa. Desta forma, tanto liberais quanto conservadores rompem a separação rígida e estrita entre religião e política a fim de garantir no espaço público a hegemonia de suas perspectivas teológico-políticas.

evangélicos de grande projeção denominacional a candidatos que não estavam diretamente ligados a movimentos religiosos. Os segmentos evangélicos que inicialmente participaram desse movimento, nos idos dos anos 1990, foram os pentecostais, representados, sobretudo, pelas igrejas Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, Internacional da Graça de Deus, Batista Renovada e Metodista [MACHADO, 2006]. A tendência das igrejas evangélicas reformadas, mais ligadas ao protestantismo histórico, foi a de permanência na perspectiva teológica tradicional de separação entre igreja, política, religião e Estado, de forma que se mantiveram ainda afastadas da arena política¹⁸.

Mas, pelo que expressa o pastor Piragine Júnior em seu discurso, este cenário inaugural pode estar mudando e a proposta de reorientação do segmento mais tradicional dos evangélicos, assumida por esse religioso, faz emergir novamente a questão acerca das relações entre igreja, religião e política. Segundo Almeida [2007, p. 176],

A religião no mundo contemporâneo parece estar paradoxalmente desaparecendo e expandindo-se. Mas ao invés de optar entre um e outro [o que pode remeter à batida discussão sobre se há um reencantamento do mundo ou a acentuação da secularização], o necessário é pensar na articulação dos dois movimentos, que se reduzem à transformação da religião no mundo contemporâneo.

Tal como para esse o antropólogo brasileiro, importa-nos, para os fins desta análise em curso, a transformação da religião no mundo contemporâneo. De maneira que não nos compete aqui elucubrar se, porventura, o Estado deixou (ou está em vias de deixar) de ser laico. Pelo contrário. Embora paradoxal, é justamente esta laicidade, seja em maior ou menor grau, dependendo da formação política de cada Estado-nação, que garante a liberdade religiosa, tanto na sua dimensão eminentemente privada, enquanto possibilidade de livre escolha individual de confissão e de crença religiosa, seja na dimensão pública, enquanto liberdade de organização religiosa no espaço público, por ser este último, em um Estado democrático, um espaço plural e de tolerância em relação às diferentes crenças e valores, religiosos ou não.

Quando Piragine Júnior alerta os fiéis a “*tomar muito cuidado com essas eleições que vão acontecer*”, ele assinala uma significativa mudança na sua percepção acerca

¹⁸ “As últimas três décadas na sociedade brasileira foram marcadas não só pela retomada da democracia como também pelo acirramento da competição no interior do campo religioso e pela crescente participação dos segmentos evangélicos pentecostais na política partidárias e nas disputas eleitorais” [MACHADO, 2012, p. 3].

da função do próprio púlpito e do sentido das falas ali emitidas. Ao convocar seus seguidores para se posicionarem politicamente contra a “institucionalização da iniquidade” no Brasil, ele ultrapassa os limites de um discurso religioso, mais alinhado à tendência clássica dos batistas, e converge para um discurso político, manifestando uma tendência de alinhamento com a orientação assumida pelos batistas americanos os mais conservadores, ou seja, os neofundamentalistas. Importante esclarecer que ao assinalar esta aproximação entre discursos emitidos em contextos religiosos diferentes, não estamos, por isso, afirmando que Piragine Júnior seja um fundamentalista *tout court*, mas tão somente, que seu discurso revela uma disposição, um elã fundamentalista.

Continuando seu pronunciamento, o pastor diz por que os fiéis devem tomar cuidado com as eleições (de 2010) que estavam por acontecer.

“Porque existem uma série de leis que estão tramitando, que vão depender do voto do deputado federal, que vão depender do voto do senador, que vão ser incorporadas pela ação da máquina estatal, através da presidência da república, e nós vamos estar votando nessas pessoas durante ... é, no próximo mês, que vai tomar força também nas câmaras estaduais, nas ações que são feitas através do Estado. E nós precisamos de valores cristãos trabalhando nesses contextos”.

É a partir desse ponto do pronunciamento do pastor que consideramos essencial o conceito de *conflito cultural*, elaborado por James Hunter. Não obstante as diferenças entre o campo religioso brasileiro e o americano, acreditamos que tal conceito se revela um instrumento importante para a compreensão das relações entre religião e espaço público, sua ressignificação e recomposição, processo que acreditamos estar atualmente em curso no Brasil. Veremos, a seguir, como a fala de Piragine Júnior revela uma percepção da existência – ainda que embrionária – de um conflito cultural no Brasil

A fala do pastor mostra-nos uma clara percepção da necessidade de posicionamento político como fator de contraposição a pautas legislativas calcadas em uma visão moral que reforçaria a dita iniquidade, já que distante e incompatível com os valores morais, fundados, por sua vez, em uma perspectiva religiosa. Na sequência de sua fala, o pastor diz que, justamente devido à percepção deste conflito entre pautas laicas e valores religiosos,

“está havendo no Brasil um movimento, que eu faço parte agora, graças a Deus, tá ... de líderes cristãos, de várias denominações, evangélicos e católicos, que

estão trabalhando para que a gente possa impedir que a iniquidade seja institucionalizada na forma de lei. E por isso alguns pastores tem se posicionado firmemente no rádio e na televisão com as suas igrejas e também a CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nessa última semana escreveu um documento e publicou e lançou na mão de toda imprensa se posicionando com relação a esses assuntos”¹⁹

Analisando este trecho do pronunciamento, encontramos vários elementos que nos permitem assinalar a existência de um elã fundamentalista no discurso de Piragine Júnior. O primeiro deles é a afirmação tácita da *incompatibilidade* entre os fundamentos (morais) que sustentam a pauta legislativa — tendencialmente iníqua — e as exigências de uma moral religiosa. Tal incompatibilidade decorre de impulsos que se polarizam (“*Precisamos de valores cristãos trabalhando nesses contextos*”, afirma Piragine Júnior) no sentido de romper a hegemonia política e moral laica e, assim procedendo, redefinir o fundamento da autoridade moral na esfera pública. O segundo elemento é a formação e afirmação de alianças religiosas interdenominacionais, no caso, entre segmentos de evangélicos batistas e de católicos empenhados em lutar contra determinadas agendas públicas e propostas de lei. Esta aliança, porém, não preconiza uma superação das diferenças teológicas entre as denominações em pauta. Elas podem aliar-se publicamente para a recusa ou defesa de agendas comuns, como também podem recusar aliança quando da defesa ou recusa de agendas que envolveriam uma tomada de posição teológica mais específica, como, por exemplo, o uso de símbolos religiosos em repartições públicas.

¹⁹ Esta afirmação do pastor Piragine Júnior, da existência de uma aliança interdenominacional entre evangélicos e católicos, remete, entre outras razões, ao pronunciamento público de alguns líderes católicos contra o Partido dos Trabalhadores e sua candidata Dilma Rousseff. Percebe-se, naquele momento, no âmbito da igreja católica, uma cisão entre liberais e conservadores, nos mesmos moldes da que ocorreu na SBC nos Estados Unidos. De acordo com Machado (2012, p. 7), “No campo católico, alguns líderes conservadores manifestaram-se publicamente contra Dilma e o PT pelas posições do partido em relação ao tema do aborto e receberam apoio do Santo Papa(**) nessa tentativa de interferência no pleito eleitoral. Na realidade, ainda no final de julho de 2010, portanto três meses antes do primeiro turno das eleições, o bispo da Diocese de Guarulhos (SP), D. Luiz Gonzaga Bergonzini, escreveu o artigo “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, que foi publicado na *Folha Diocesana* de Guarulhos e no *site* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nesse artigo, o bispo afirmava ser “dever da Igreja intervir no cenário político-eleitoral” e orientava os fiéis a não votar em partido ou candidato que “desrespeitasse a vida” e os “valores familiares”. A polêmica gerada no interior da CNBB acabou fazendo com o que o artigo fosse retirado do *site* da entidade poucos dias depois de sua divulgação e que as divergências entre os bispos comessem a ser mais exploradas pela mídia secular e pelos partidos políticos. Assim, enquanto Dom Bergonzini encabeçava a “cruzada” em defesa da vida, mandando imprimir e divulgando mensagens aos fiéis em que apresentava Dilma Rousseff como a “candidata da morte”, *e-mails* eram enviados aos eleitores pelo núcleo da campanha do PT, divulgando a posição favorável de Dom Luís Carlos Eccel, bispo de Santa Catarina, em relação à candidatura de Dilma Rousseff”. (***) Em 2010, o papa era Joseph Ratzinger (Bento XVI), conhecido por suas posições marcadamente conservadoras.

O terceiro elemento diz respeito a certo alinhamento relativo às “armas” que devem ser utilizadas nesse embate. Uma delas é, justamente, a criação de um movimento organizado e interdenominacional para impedir a implementação de certas agendas públicas, legais ou políticas e favorecer outras. Outra “arma” seria o uso dos meios de comunicação e dos movimentos de massa. Sabemos que, pela via da mídia, o discurso moral religioso e privado adentra definitivamente o espaço público. É evidente no Brasil, desde o final dos anos de 1980, a progressiva ocupação, especialmente pelos evangélicos, dos veículos de comunicação, sobretudo, rádio e televisão. Além do rádio e da televisão, nos últimos anos, a internet também se tornou um campo fundamental de difusão de perspectivas e/ou valores morais. As redes sociais, os incontáveis *sites* e *blogs* de orientação religiosa, materiais audiovisuais — como o vídeo em questão — em portais de compartilhamento e os fóruns de opinião, dão uma dimensão da importância desta mídia num contexto de conflito cultural. Além disso, tem-se também a grande importância das indústrias gráfica e fonográfica, com a intensa produção de jornais, informativos, livros, CDs e DVDs.

Os movimentos de massa também constituem instrumentos agonísticos importantes de disputa no espaço público. Manifestações públicas como encontros, marchas, cultos em estádios prestam-se igualmente à articulação de agendas político-religiosas. Sobre a dimensão agonística do espaço público brasileiro, o sociólogo Ricardo Mariano (2011, p. 252) afirma que

[...] católicos e evangélicos têm recrudescido seu ativismo religioso, político e midiático para ampliar a ocupação religiosa do espaço público, influenciar a esfera pública e estatal, promover sua moralidade cristã tradicional e tentar estendê-la ao conjunto da sociedade por meio de *lobby* e da participação na política partidária. Católicos e evangélicos estão empenhados, igualmente, em “lutar para ampliar a dimensão religiosa do espaço público [...]”.

Pelo exposto, a dimensão de conflito cultural a partir da formação de grupos de interesses político-religiosos e morais antagônicos em confronto enfrentando-se no espaço público é fato. Uma vez evidenciadas as aproximações e considerando-se as diferenças de contexto sociocultural e político entre Brasil e Estados Unidos, faz-se necessário, também, estabelecer os devidos distanciamentos. Um deles diz respeito à presença de escolas de matriz confessional evangélica no Brasil. A presença destas escolas é

grande e vem de longa data; escolas e seminários batistas, luteranos, adventistas, presbiterianos e metodistas estão espalhados por todo o território nacional. Porém, não possuem a dimensão encontrada nos EUA em virtude justamente da formação católica da sociedade brasileira, que, desde a colonização pelos portugueses, assiste à predominância de escolas confessionais e seminários católicos. Outro ponto importante é que, até o presente, não há, no campo educacional brasileiro, uma disputa ideológica e jurídica levada a cabo em diferentes frentes municipais e estaduais pela inserção do ensino da teoria criacionista em oposição ou ao lado da teoria científica da evolução das espécies, tal como ainda ocorre nos Estados Unidos.

Na sequência do pronunciamento, o pastor Piragine Júnior pede aos fiéis que assistam a um vídeo, ele diz:

“Vou pedir que você assista um vídeo de alguns minutos, que fala desses problemas e de como nós precisamos levar isso a sério, porque isso tudo que vai passar aqui é iniquidade institucionalizada, e que nós precisamos nos posicionar e dizer ‘nós não queremos isso na nossa nação’ e procurar pessoas que nos representem para dizer ‘vou votar contra essas coisas’. Porque caso contrário, a iniquidade será oficializada. E Deus não vai ter outra coisa a não ser fazer julgar a nossa terra, é isso que a Bíblia diz’.

Destaca-se aqui a evidência de uma opção por participar do envolvimento político-partidário já realizado por outros religiosos²⁰, ou do exercício de *lobby* e apoio a políticos comprometidos com agendas religiosas interdenominacionais, com vistas à formação de bancadas nas câmaras municipais, estaduais e no congresso nacional, voltadas a apoiar governos e garantir, pelo voto, agendas públicas articuladas em torno de valores morais religiosos. Caso isto não se concretize, a iniquidade será realidade institucionalizada e definitiva. De acordo com Piragine Júnior, cabe aos fiéis, enquanto eleitores cômicos de seu papel cristão na sociedade, salvar-nos, ao povo e à nação.

²⁰ “Da Constituinte para cá, os evangélicos, encabeçados pelos pentecostais, mais que duplicaram o tamanho de sua bancada parlamentar — alcançando a cifra de 71 deputados federais e três senadores na eleição de 2010. Promoveram, além disso, a confessionalização da política partidária (Machado, 2006) e até criaram partidos próprios, como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), comandado pela Igreja Universal do Reino de Deus” (MARIANO, 2011, p. 251). Alguma razão especial para que o partido que representa os religiosos com tendências a um discurso fundamentalista no Brasil ter o mesmo nome do partido mais tradicional e conservador dos Estados Unidos e no qual se encontram filiados grande parte dos fundamentalistas evangélicos daquele país? Acaso ou mais um elã neofundamentalista?

O vídeo-dentro-do-vídeo que se apresenta em seguida mostra uma sequência de cenas impactantes, que têm o intuito de expor aos fiéis os dilemas morais da contemporaneidade iníqua e sensibilizá-los quanto à crise ético-moral que estaria a assolar a sociedade brasileira no parecer do líder religioso batista. O referido vídeo trata de temas específicos, a saber: a chamada “Lei da Mordaca”, a criminalização da homofobia, a união estável homoafetiva, a prostituição, a pedofilia, o divórcio, o sacrifício de crianças indígenas em virtude de valores culturais e o aborto.

Este vídeo-dentro-do-vídeo estrutura-se por fotos e segmentos de outros vídeos contendo, por sua vez, fortes imagens que acreditamos ter a intenção de suscitar nos fiéis batistas presentes piedade e revolta em virtude da comoção que podem eventualmente despertar. Trata-se, efetivamente, de provocar certo senso de justiça, de modo que esses fiéis se sintam convocados a também ocupar a trincheira moral e religiosa do combate político-religioso e cultural aos valores iníquos. A apresentação é acompanhada de uma narração (em voz feminina) que diz:

“O mundo está vivendo um cenário de terríveis crises, isso todos sabem. Mas você, igreja cristã brasileira, sabe o que está acontecendo aqui no seu país? Nossa liberdade religiosa nos dá o direito de fé, escolha e opinião. Porém, se for aprovada a Lei da Mordaca, PL122, correremos o risco de sermos criminalizados por não concordarmos com a prática da homossexualidade.[Neste momento, entra um vídeo de um momento da Parada Gay de 2010, com o seguinte discurso de um militante do movimento: “Esse ano é muito importante para nós da comunidade LGBT, nós não temos nenhuma lei aprovada no Congresso Nacional, infelizmente! Por quê? Porque os nossos políticos infelizmente não têm a maioria para votar. Precisamos no Congresso Nacional votar a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Precisamos votar a criminalização da homofobia. E vocês aqui, pessoal, três milhões de pessoas, podem fazer a diferença. Não votem em fundamentalista religioso! Infelizmente, no Congresso Nacional, temos fundamentalistas que atravancam os direitos LGBT”. Aqui encerra-se a reprodução do discurso na Parada Gay de 2010 e apresenta-se um trecho do programa MTV Debate, da rede de televisão MTV, no qual a travesti Luma Andrade, com a Bíblia em punho, diz: “Nós temos que ter muito cuidado em relação à questão da Bíblia, porque nós sabemos que é um livro antigo, a Bíblia não é o livro sagrado”].

E a narração continua:

A pornografia: anda desenfreada. A imoralidade não é algo mais escondido. A indústria pornográfica possui imunidade tributária, faz em média dois filmes pornográficos por dia. Casos de pedofilia: eles acontecem em todos os cantos do

país, está em todas as classes sociais. O 'Disque 100' recebe mais de trinta mil denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes todo ano. A família enfraqueceu. Querem que a entidade familiar seja apenas aquilo que for considerado uma união estável entre duas pessoas, e querem instituir o divórcio de fato. A taxa de divórcio no Brasil já atingiu a marca de 41%. O Brasil é o país que melhor aceita o divórcio entre os 35 países pesquisados. Apenas 12% dos brasileiros é favorável a manter o casamento. A violência familiar é um fato. Há mais crimes sendo cometidos contra a mulher e a criança da porta para dentro da casa do que da porta para fora. Tortura, constrangimento, agressões, tudo com alto grau de parentesco. Pais matam filhos e filhos matam pais. Infanticídio: milhares de crianças indígenas são enterradas vivas em tribos indígenas do Brasil. Se elas nascerem com alguma deficiência, se forem gêmeas ou se o pajé disser que esta não tem alma, estão condenadas à agonia de ficar até horas debaixo da terra e morrer por sufocamento. Sem alguém para ouvir que elas querem viver, elas serão sacrificadas em nome da cultura e às vistas grossas de quem poderia ajudar. Estamos matando as nossas crianças de todas as formas. Exemplo disso é a legalização do aborto. Há uma emenda que descriminaliza o aborto no Brasil e autoriza a sua prática até o nono mês de gestação. Com isso, ficamos a um passo de termos que carregar a vergonha e a maldição de um país que é a favor do aborto. Elas terão a vida negada, serão mutiladas, arrancadas com métodos cruéis. Este ultrassom mostra o momento que o cano de sucção penetra no útero para a retirada do feto. Percebe-se que o feto está desesperado. Vejam o coração, está acelerado, é um grito silencioso. Ele sabe que algo errado está acontecendo com ele. Mas nós, nós não estamos sabendo o que está acontecendo em nosso país. Cadê a Igreja? Ela se fechou em seus problemas internos, adormeceu, ficou passiva. Precisamos clamar pelo nosso país. Igreja brasileira, reaja! Desperta nossas almas, Senhor! Vivifica Tua Igreja! Enquanto é tempo, enquanto o amor não morreu, tira a venda dos nossos olhos. Vivifica a Tua Igreja”.

Esta narração, contendo informações bombásticas, soltas e, muitas vezes, fora de contexto, revela, mais uma vez, a percepção da existência de um conflito aparentemente irreversível entre perspectivas ético-morais antagônicas, a religiosa e a laica. E que não deixa de conter certa incitação à intolerância religiosa, impulso que, de acordo com Ronaldo Almeida, “inculca nos evangélicos o dever de tornar as pessoas iguais a eles” (2007, p. 183). Observa-se aqui, uma explícita chamada à tomada de posição dos batistas na guerra de trincheiras entre sistemas de entendimento moral antagônicos. Posicionados na trincheira dos valores morais religiosos fundados na autoridade moral da Bíblia, que Piragine Júnior parece considerar os únicos verdadeiramente válidos para *toda* a sociedade, os evangélicos batistas presentes no culto devem ir à luta, em aliança com outras denominações religiosas, pelo estabelecimento da hegemonia ético-moral, no espaço público, dos valores cristãos e de suas possíveis emulações políticas. Essas disposições se alinham a um discurso no qual reverberam posicionamentos que são, *antes*, fundamentalistas, evangélicos e americano.

Além disso, consideramos fundamental trazer à tona a ideologia que neste vídeo perpassa o discurso a respeito do que se convencionou chamar de “Lei da Mordaca” (PLC 122/06). Observa-se aqui, um *deslocamento de sentido* no que diz respeito à liberdade de expressão ou de opinião sobre a homossexualidade. Isto porque, a lei não prevê a criminalização de um posicionamento contrário à homossexualidade, mas sim, a criminalização de *atos e/ou ações* previstas na lei que manifestem preconceito e discriminação contra os homossexuais. Ou seja, não é crime discordar do homossexualidade, mas é crime discriminar e constranger homossexuais, entre outros, nas circunstâncias previstas na lei²¹. Observe-se que a posição de Piragine Júnior, pelo deslocamento do sentido mesmo do conteúdo da lei, procura tornar aceitável uma posição ideologicamente contrária, ainda que para isto distorça o que se encontra explícito no texto legal.

Após a apresentação deste vídeo, o líder religioso toma novamente a palavra e conclui o seu pronunciamento dizendo:

“Bom, tudo isso tá acontecendo em termo de projetos de lei da nossa nação, permitindo que essas coisas, que pra nós são iniquidade, elas se transformem em coisas completamente normais e legais na nossa nação. E eu queria pedir não somente para você orar. Eu acho que todos nós devemos orar. Mas nos posicionarmos e procurarmos quando votarmos as pessoas que se posicionem claramente contra estas coisas, e assumam o compromisso de lutar no Congresso Nacional, de lutar na máquina estatal contra a legalização da iniquidade. É, eu sei que existem pessoas contra e a favor de todos esses temas em todos os partidos políticos. Mas há um partido político que fechou questão sobre esse assunto. O partido político que é o PT, do nosso presidente, ele no seu congresso desse ano, ele no seu congresso geral, quando eles indicam os seus deputados, ele fechou questão sobre estas questões. Ou seja, se um deputado, se um senador do PT ele votar contra, de acordo com a sua consciência, contra qualquer uma dessas leis ele é expulso do partido. Já dois deputados federais foram expulsos do PT por se manifestarem contra o aborto, e isso fez com que a Igreja Católica se manifestasse publicamente, porque eles estavam ligados à Igreja Católica junto ao PT, e se manifestaram contra, e, por isso, foram expulsos do partido. E a Igreja Católica então emitiu nota pública dizendo ‘olha, não votem em ninguém do PT’.

Se efetivamente o país encontra-se imerso na iniquidade e se esta possui polo de atração, ele se chama Partido dos Trabalhadores, segundo Piragine Júnior. Assim sendo, pode-se afirmar que esta agremiação político-partidária se encontra posicionada, no

²¹ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45607&tp=1>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

conflito cultural, na trincheira do mal. Diante disto, trata-se, portanto, de contra-atacar e, se possível, destituir aqueles que, segundo o pastor, estariam trabalhando a favor da institucionalização da iniquidade, tal como ele mesmo nos faz saber:

É, eu diria para você a mesma coisa, algumas pessoas não vão gostar do que eu estou falando, mas eu estou falando bem claramente: se não se pode votar com a consciência, não adianta votar em pessoas, porque o partido já fechou questão. Se você entrar no site do Governo Federal e pegar lá o “Projeto Nacional de Direitos Humanos 3”, você vai encontrar todas as propostas que o Governo Federal, através do presidente da república, colocou na mão do Congresso para serem votadas na próxima legislatura, e todas elas são questão fechada pro PT, todas elas estão aqui, nesse vídeo, tá? E mais, se você olhar, você vai ver como a máquina estatal está mobilizada: isso aqui é responsabilidade de pressão do Ministério da Justiça, isso aqui é responsabilidade de pressão do Ministério da Saúde. E se os ministros de Estado que estão ligados a esse governo não trabalharem assim, perdem o seu cargo. Então, eu queria pedir pra você levar a sério esta questão. Como pastor eu nunca fiz isso. Eu não tô dizendo pra você votar em A ou B, eu vou dizer pra você em quem não votar: em pessoas que estejam trabalhando a favor da iniquidade na nossa terra. Porque se não, queridos, Deus vai julgar a nossa terra. E se Deus julgar a nossa terra, isso vai acontecer na tua vida, na minha vida, porque eu faço parte dessa terra. Porque Deus não tolera iniquidade. Amém! [Seguem-se efusivos aplausos da parte dos presentes no culto]

Ao finalizar seu pronunciamento, nesse vídeo de 2010, pedindo aos fiéis que não votassem em candidatos do Partido dos Trabalhadores, mas em pessoas que assumissem o “*compromisso de lutar no Congresso Nacional, de lutar na máquina estatal contra a legalização da iniquidade*”, Piragine Júnior evoca um discurso que se alinha ao dos evangélicos americanos de tendência fundamentalista. Isto porque, ao assumir publicamente uma posição de enfrentamento político articulado em torno de proposições morais de extração religiosa, ele culmina por reforçar a tendência de polarização entre perspectivas morais antagônicas no espaço público. Sua fala apresenta um contexto extremamente simplificado, se não maniqueísta. De um lado, na trincheira do “bem”, temos segmentos evangélicos e católicos, com seus eventuais candidatos a deputados e senadores alinhados com a ideia de combater agendas públicas laicas, como aquelas de caráter moral e religioso. Do outro, na trincheira do “mal”, encontra-se o PT, com seus candidatos a deputados e senadores e sua então candidata à Presidência da República, bem como seus aliados políticos, todos defendendo a legalização de valores laicos que, segundo Piragine Júnior, promovem a institucionalização da iniquidade. Fica claro na fala do pastor que o simples ato de votar em candidatos alinhados às propostas laicas, tais como a

legalização da união estável entre homossexuais e o aborto, ou tão somente o ato de não votar em candidatos comprometidos com as agendas morais religiosas, já revela uma atitude iníqua. Assim sendo, é da responsabilidade de cada fiel tomar atitudes que concorram para a salvação de todos. Caso contrário, sugere o pastor, o julgamento de Deus recairá, *igualmente*, sobre ímpios e fiéis que não tomarem posição clara e combativa aos valores seculares, pois “*Deus não tolera a iniquidade*”. Se Deus não tolera, seus porta-vozes e fiéis também devem ser *intolerantes* para com aqueles que têm orientações morais opostas.

IV. Considerações finais

Definitivamente, aquela parece ter sido uma noite incomum para o pastor batista Paschoal Piragine Júnior. Certamente, sua interpretação pessoal e religiosa da realidade brasileira impôs-lhe a necessidade de levar para o púlpito posicionamentos e questões de ordem política e social que, segundo ele, devem ser articuladas à luz da ética e da moral religiosa. Podemos assumir que, a partir daquele momento, este pastor adotou uma postura beligerante no combate ao que ele entende ser iniquidade e seus agentes políticos, a começar pelo uso do voto nas urnas de 2010 na tentativa de não eleger tentativa a candidata do Partido dos Trabalhadores à presidência da república.

Cabe aqui fazermos algumas considerações importantes para a compreensão da análise que empreendemos e das inferências que fizemos a partir dela. Não estamos afirmando – e não é nossa pretensão dizer – que o pastor Paschoal Piragine Júnior seja um fundamentalista no sentido clássico do termo. Nosso intuito, nesta análise, foi demonstrar que seu discurso aponta para a existência de e, simultaneamente, reforça uma clivagem entre sistemas morais diferentes, assumindo-os como irreconciliáveis. É uma clivagem deste tipo que dá a tônica à guerra cultural em curso nos Estados Unidos e na qual instituições batistas de tendência fundamentalista, tais como a *Southern Baptist Convention* (SBC), são atores centrais. Neste sentido, Piragine Júnior apresenta um viés de discurso no qual ecoa posicionamentos e avaliações predominante no âmbito do evangelismo fundamentalista americano.

Como bem disse Ronaldo Almeida, podemos ter corrido o risco de “misturar alhos com bugalhos” (2007, p. 182). Todavia, permitimo-nos tal procedimento, uma vez que deixamos claro que o que percebemos no campo religioso brasileiro, por meio de discursos tais como o de Piragine Júnior, são possíveis *tendências*, são aproximações entre discursos emitidos em contextos religiosos diferentes, motivados, porém, pelas mesmas percepções.

Vimos que, segundo Hunter, uma perspectiva neofundamentalista configura-se ali onde “[...] o conflito em cada tradição estendeu-se para além do reino da teologia e das políticas eclesiais para abraçar muitas das mais fundamentais questões e instituições da cultura *pública*: leis, governança, educação, ciência, família e sexualidade” (1991, p. 95). No nosso entendimento, o discurso do pastor Piragine Júnior, por mais pontual e ocasional que seja, sugere não apenas uma reorientação existencial deste líder religioso, após trinta anos de atividade pastoral, sugere também – e sobretudo – um salto para frente, para além das disputas teológicas e das políticas eclesiais e/ou confessionais, em direção à disputa política no espaço público e político-partidário. Dentro dessa perspectiva, é plausível afirmar que tal discurso está em sintonia com tendências fundamentalistas existentes no âmbito evangélico brasileiro, já apontadas em estudos como os de Ronaldo Almeida (2007), Ricardo Mariano (1999, 2011) e Maria das Dores Campos Machado (2006).

O que se pode observar nos tempos atuais é uma ressignificação do religioso em termos de espaço público e, no Brasil, não seria diferente. A noção de guerra de cultura tem como pressuposto não somente a existência de um conflito de forças orientadas por perspectivas morais tidas como irreconciliáveis. Ela indica também a existência um processo em curso de rearranjo, verdadeira ressignificação, dos dispositivos que constituíram as relações modernas entre religião e política. Tendo isto em vista, o vídeo que tomamos como referência é apenas fragmento de um conjunto mais amplo de ações que, no nosso entendimento, podem revelar um fundamentalismo evangélico emergente no Brasil, no qual ecoa uma matriz discursiva e valorativa predominante no âmbito do fundamentalismo evangélico americano.

Se de fato nossa análise for consistente, este processo está em vias de configuração e isto, por si só, merece nossa atenção. Todavia, somos do parecer de que a

possível emergência de um discurso público fundamentalista no Brasil não produzirá os mesmos efeitos que tem produzido nos Estados Unidos, dada a configuração mesma do nosso campo religioso e cultural. No entanto, isto é algo que só o futuro próximo poderá ou não confirmar.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. Dez anos do “Chute na Santa”: a intolerância com a diferença. In: Vagner Gonçalves da Silva [Org.] *Intolerância religiosa: impacto do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007, pp. 09-28.

COHEN, Grady C. *The new SBC. Fundamentalism's impact in the Southern Baptist Convention*. Macon: Smyth and Halwys Publishing Inc., 1995.

HANKINS, Barry. *American Evangelicals: a contemporary history of a mainstream religious movement*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

HOUAISS. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

HUNTER, James Davison. *Culture wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 7, Brasília, jan/abr 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 fev. 2014.

_____. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2011, pp. 238-258.

MARSDEN, George. *Understanding fundamentalism and evangelicalism*. Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1991.

MARTY, Martin E. O que é fundamentalismo?: perspectivas teológicas. In: *Concilium: Revista Internacional de Teologia*. Petrópolis, v. 28, fas 241, p. 333-346, 1992. Fundamentalismo um desafio ecumênico.

SILVA, Ivan Dias. *Opção fundamentalista ou opção liberal: controvérsias teológico-políticas e cisão na Convenção Batista do Sul dos EUA*. 2012. 144 f (Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.